IX Jornadas de Sociología. Facultad de Ciencias Sociales, Universidad de Buenos Aires, Buenos Aires, 2011.

"Capital cognitivo e bens simbólicos: a desigualdade social e o desenvolvimento das habilidades cognitiva no desempenho escolar".

Rita Ribeiro Voss.

Cita:

Rita Ribeiro Voss (2011). "Capital cognitivo e bens simbólicos: a desigualdade social e o desenvolvimento das habilidades cognitiva no desempenho escolar". IX Jornadas de Sociología. Facultad de Ciencias Sociales, Universidad de Buenos Aires, Buenos Aires.

Dirección estable: https://www.aacademica.org/000-034/688

Acta Académica es un proyecto académico sin fines de lucro enmarcado en la iniciativa de acceso abierto. Acta Académica fue creado para facilitar a investigadores de todo el mundo el compartir su producción académica. Para crear un perfil gratuitamente o acceder a otros trabajos visite: https://www.aacademica.org.

Capital cognitivo e bens simbólicos:

desigualdades sociais e cognitivas no desempenho escolar dos alunos do Ensino Médio do Brasil

Rita Ribeiro Voss
Universidade Braz Cubas
ritavoss@live.com

Resumo

A pesquisa parte dos resultados do Sistema de Avaliação do Ensino Básico, SAEB, do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) e do Programa Internacional de Avaliação de Alunos, PISA. Os dois instrumentos de avaliação sugerem desigualdades sociais, regionais e internacionais na distribuição de bens simbólicos que por hipótese influenciam de maneira decisiva o desenvolvimento de habilidades cognitivas. O conceito de capital cognitivo é importante para o entendimento do problema pois diz respeito às habilidades naturais e adquiridas por um indivíduo ao longo da vida cuja aquisição se dá pelo acesso e pelo trânsito de bens simbólicos no meio familiar e social dos alunos. Além de considerar a condição sócio-econômica, nível de instrução dos pais, acesso à informação etc. a pesquisa leva em conta o meio social mais imediato onde os alunos contextualizam o que aprendem na escola como conhecimento incorporado no cotidiano formando um anel recursivo em que mais bens simbólicos levam a mais habilidades cognitivas e vice-versa, isto é, considera as relações intersubjetivas, as condições de sociabilidade, que favorecem a construção do universo simbólico. O campo empírico sobre o qual as reflexões teóricas recaem é composto por duas escolas, uma pública e outra privada, de ensino básico de Mogi das Cruzes, estado de São Paulo, onde serão formados dois grupos focais com alunos de 15 anos. Por meio deste instrumento de pesquisa será possível averiguar a percepção dos alunos sobre sucesso e fracasso escolar relacionados aos bens simbólicos que têm acesso.

Palavras-chave: Capital cognitivo, Bens simbólicos, Desigualdades Sociais, Desempenho Escolar.

1. Introdução

Os resultados das pesquisas do Sistema de Avaliação do Ensino Básico (SAEB-INEP) de 2005 e do Programa Internacional de Avaliação de Alunos (PISA) aplicado em 2006 pela Organization for Economic Cooperation and Development (OECD) apontam a necessidade de identificar as razões do fraco desempenho escolar de alunos do ensino básico no Brasil.

O primeiro sistema de avaliação usa testes de proficiência em leitura e matemática para averiguar as habilidades e competências dos alunos de ensino básico ministrado no país de forma padronizada. No entanto, os testes avaliam a apreensão

de conteúdo sem levar em conta as diferenças sociais e regionais, uma vez que é padronizado em função das diretrizes nacionais de educação. A interpretação e análise, por não avaliar tais disparidades dos contextos sociais, econômicos e culturais, não são capazes de produzir políticas públicas o que chamamos de democracia cognitiva, possibilitando o acesso a bens culturais aos alunos das classes populares, importantes para o desenvolvimento de habilidades cognitivas. Analfabetismo, reprovação, abandono são maiores e o desempenho escolar é menor nas regiões norte e nordeste. E em geral é melhor o desempenho de alunos de escolas particulares do que das públicas, indicando uma relação de dependência entre desenvolvimento regional, condição financeira e desempenho escolar, conforme dados do SAEB 2005.

O segundo modelo de avaliação considerado por esta pesquisa, o PISA (OECD, 2009), quantifica a apreensão das competências e habilidades de alunos de 15 anos de uma outra forma. Não se trata de avaliação de conteúdo de maneira imediata mas como o conhecimento adquirido na escola é contextualizado pelo aluno no seu dia-a-dia, na sociedade. Trata-se de medir através de situações cotidianas, se o aluno é capaz de manipular o que aprendeu a seu favor; se o estudo o capacita para a vida numa sociedade contemporânea, que demanda raciocínio abstrato pertinente. Isto é, como afirma Edgar Morin ao lembrar Montaigne, requer mais *uma cabeça bem-feita do que uma cabeça bem cheia*. Isto significa que o aluno precisa interpretar e contextualizar o que aprende, dada a própria natureza seletiva da memória individual que opera em razão daquilo que é socialmente importante, o que vale a pena ser estocado e utilizado no futuro.

O que diferencia os dois sistemas de avaliação são os pressupostos. O SAEB se preocupa mais em avaliar os conteúdos sem correspondência com o cotidiano dos alunos, sem o seu contexto social e cultural, destino final da educação. Já o PISA avalia a correlação dos conhecimentos de Ciências, Leitura e Matemática aos aspectos práticos, o que significa saber se os alunos de 15 anos estão aptos, se têm um conjunto de habilidades adquiridas na escola, para viver numa sociedade contemporânea complexa, que exige organizar de forma singular os conhecimentos adquiridos para resolver problemas de ordem pragmática.

Guardando-se as devidas diferenças entre os países participantes do PISA e analisando mais os instrumentos utilizados do que o desempenho propriamente de cada país, uma vez que estão em estágios diferentes de desenvolvimento, é notória a exigência de um cabedal de informações e conhecimentos que o instrumento de avaliação internacional considera para um ser humano viver numa sociedade complexa calcada na informação e no conhecimento. O que implica dizer que dados tais parâmetros, os estudantes brasileiros são os menos aptos pois estão muito abaixo da média esperada, segundo o método de avaliação, para atender às demandas da sociedade contemporânea.

No entanto, assinala-se aqui que a resolução destes problemas não se reduz tãosomente a um maior ou menor investimento financeiro do Estado em educação básica, mas também em qualificá-la. Para que a escola desempenhe bem o seu papel precisa de melhor formação docente, salários compatíveis com a responsabilidade de professores e gestores e de recursos materiais. Mas não é suficiente. É preciso atentar para diferenças na forma de apropriação do conhecimento, através da aquisição de bens simbólicosⁱ, o que podemos observar nas diferenças de desempenho das escolas públicas e privadas na avaliação do SAEB 2005, isto é, nos fatores de reprodução da desigualdade social no Brasil. Por hipótese, os alunos da escola privada têm maior acesso aos bens simbólicos, uma maior intimidade com informações que circulam em seu ambiente social e familiar e, por isso, mostram mais habilidades com a leitura e a matemática.

Ao olhar mais de perto as pesquisas do SAEB, Carlos Henrique Araújo e Nildo Luzio (2005) avaliam os resultados dos investimentos do Estado no ensino fundamental e médio no país entre 1991 e 2004 analisando o desempenho dos alunos. Os resultados indicaram alguns avanços como um maior acesso da população em geral à educação em todos os níveis. Entre os incentivos a este acesso está o bolsa família que atrelou o benefício à matrícula das crianças na escola. Outro avanço foi a queda do analfabetismo. No entanto, o desempenho dos alunos nos testes de proficiência das habilidades adquiridas revelou-se crítico. Com relação à leitura, Araújo e Luzio afirmam, a análise dos resultados de desempenho em Leitura mostra que, de maneira geral, as médias do Brasil estão abaixo do que seria aceitável; a mesma conclusão se aplica às Regiões e aos Estados (p. 43). Em matemática, os autores constatam um desempenho muito aquém do razoável e que os alunos precisam ser incentivados a resolver um significativo número de problemas, sempre raciocinando sobre situações do cotidiano (p.49).

As pesquisas de avaliação realizadas pelo SAEB indicam um problema de método, de perspectiva com a qual olhamos um fenômeno. Se olhado de forma disciplinar e reduzida cometemos o erro de tomar a cognição como processo de aprendizagem que acontece apenas e exclusivamente na escola, independente do universo simbólico que alimenta a condição bio-estrutural dos alunos, as capacidades cerebrais inatas para produzir habilidades cognitivas, adquiridas. O cérebro humano alimenta-se do universo simbólico, que é seu alimento, condição *sine qua non* para o desenvolvimento das habilidades cognitivas. Quando associamos a sociedade e seus bens simbólicos ao processo cognitivo conseguimos enxergar com mais clareza as suas implicações no desempenho escolar.

A questão sobre desempenho escolar em um país em que a desigualdade social é histórica envolve vários aspectos - históricos, sociais, culturais e econômicos. A proposta desta pesquisa, no entanto, é investigar um aspecto interdisciplinar da questão e apontar seu papel na aquisição de habilidades cognitivas que se traduzem em desempenho. De acordo com as pesquisas mais recentes das ciências cognitivas, área de interesse da Educação, há uma relação implícita entre cognição e contexto para a aquisição de habilidades cognitivas.

Isto não quer dizer que abordamos um objeto de natureza sócio-pedagógica com os instrumentos da biologia. Trata-se de uma abertura cognitiva, em que as descobertas das ciências cognitivas esclarecem e explicam aspectos ainda nebulosos sobre o papel da sociedade nos processos cognitivos dando-lhes consistência material. Os processos cognitivos são a base material da produção do conhecimento, que se nutrem do universo simbólico uma construção social. Seu estudo substancia a sociologia da educação e do conhecimento. Nesta perspectiva, percebemos que indivíduo e sociedade estão como que atrelados, são uma realidade ao mesmo tempo contraditória e complementar. O conhecimento é o produto desta relação.

A pesquisa portanto trabalha os problemas anteriormente enunciados chamando atenção para os aspectos culturais e sua relação na aquisição das chamadas habilidades cognitivas, que resultam em desempenhos escolares. Para tanto, utilizamos um referencial teórico sobre as bases bioculturais da cognição humana para estabelecer a relação entre bens simbólicos e habilidades cognitivas e, por fim, refletir sobre as desigualdades social em relação ao desempenho escolar. Com esta configuração teórica podemos traçar uma metodologia para compreender o contexto simbólico familiar e social dos alunos, campo empírico de nossa investigação sobre os fundamentos sociais e cognitivos do desempenho escolar.

2. Cognição e sociedade

Uma forma de compreender a ligação entre sociedade e cognição é inquirir a própria sociabilidade humana:

De onde provém a organização social? Talvez não seja programada geneticamente no homem, ou nesse caso, é-o apenas parcialmente. Decorre certamente de virtualidades organizacionais do cérebro humano, mas não automaticamente: essas virtualidades só entram em ação, na relação, ou melhor na interação com o mundo exterior (Morin, 1998, p. 277).

A cognição no sentido biológico consiste em transformar algo material, físico-químico, em função cognitiva, em transformar capacidades em habilidades, isto é, em transformar as características inatas da espécie em adquiridas, em cognição propriamente dita. Para adquiri-las, o homem tem um sistema cerebral complexo, que permite colocar em ação habilidades cognitivas, conscientes e intencionais, cujo desenvolvimento é proporcionado pela educação. Para a aquisição destas habilidades, o cérebro conecta, através das sinapses cerebrais, várias regiões (responsáveis pela memória, percepção visual, audição, linguagem) das mais antigas relativamente ao processo evolutivo da espécie, como o sistema límbico, até as mais recentes, como o córtex frontal cuja função é possibilitar o raciocínio estratégico, o planejamento das ações, isto é, a instância racional do cérebro humano. Estas características cerebrais fazem emergir a consciência, algo imponderável, qualitativamente, diferente da soma das partes integrantes do cérebro.

Os estudos das ciências cognitivas (Gazzaniga et. al., 2002) revelam que a habilidade cognitiva está relacionada à experiência, à maior manipulação do meio. A plasticidade que possibilita a fantástica capacidade de reorganização do cérebro possibilita as sinapses para aprender algo com o fim de consolidar informações importantes e descartar outras menos importantes. A consolidação se dá pela habitualidade com que o homem manipula as coisas do mundo imputando-lhe um valor para a vida. No terreno da criatividade, da novidade, a plasticidade significa fazer novas sinapses que engendram sempre novos instrumentos, cujo processo cognitivo levou à criação de técnicas e tecnologias, valores culturais que beneficiam a conservação da espécie desde de seus primórdios. O homo sapiens como ser simbólico torna-se simultaneamente habilis ao transformar a natureza e criar cultura.

Mas, para criar cultura precisa descontextualizar a realidade para representá-la no pensamento, num movimento dialético, isto é, o pensamento tem que estabelecer estratégias para que retorne ao mundo como práxis (Marx e Engels, 1984). A habilidade cognitiva depende de como aquilo que o homem aprende é observável e naturalizado culturalmente, fazendo parte da vida, do dia-a-dia.

Portanto, as relações sociais, a interação entre os homens e o que a sociedade valoriza para os seus membros, jogam um papel decisivo para a cognição. D. C. Gery (1999) pesquisou as diferenças interculturais na aprendizagem de matemática de alunos americanos e asiáticos. Os resultados mostraram que o desempenho depende do meio cultural. No caso dos EUA, a sociedade americana, segundo o autor, valoriza mais as atividades esportivas. As habilidades matemáticas, então, se desenvolveriam num meio cultural que as valoriza.

Relativamente ao objeto de nossa pesquisa, este estudo reforça a hipótese de que o meio social, seus bens simbólicos e os valores imputados a certos tipos de conhecimento em detrimento de outros explicam um aspecto importante do desempenho escolar dos alunos brasileiros. Sabendo-se do caráter desigual da sociedade brasileira, precisamos explicar, como nesta condição, os alunos se apropriam do mundo das palavras, das imagens, de objetos simbólicos que enunciam uma determinada visão e perspectiva do mundo e a naturalizam e, assim manipulam o mundo imediato.

Para compreender esta naturalização recorremos ao conceito de *Habitus*. Emprestamos de Maria da Graça Jacintho Setton (2002) o sentido atribuído por ela ao conceito, por abarcar os aspectos individuais e sociais do conhecimento de forma clara e suficiente para os propósitos da pesquisa. Para a autora, o *Habitus* surge na teoria de Bourdieu:

como um conceito capaz de conciliar a oposição aparente entre realidade exterior e as realidades individuais. Capaz de expressar o diálogo, a troca constante e recíproca entre o mundo objetivo e o mundo subjetivo das individualidades. *Habitus* é então concebido como um sistema de esquemas individuais, socialmente constituído de disposições estruturadas (no social) e estruturantes (nas mentes), adquirido nas e pelas experiências práticas (em condições sociais específicas de existência), constantemente orientado para funções e ações do agir cotidiano (p.63).

Portanto partimos do pressuposto de que a cognição têm um duplo aspecto (Voss, 2009): diz respeito de maneira geral à capacidade de aprender algo, às condições do aparato cerebral que são universais e à condição intelectual para manipular o mundo através de um sistema simbólico adquirido social e culturalmente, de forma particular e contextualizada. Bens simbólicos socialmente compartilhados naturalizam habilidades adquiridas individualmente e as consolidam no sentido de práticas sociais cotidianas.

O capital cognitivo dos alunos, então, é compreendido como um conjunto de habilidades adquiridas e consolidadas pelo acesso e trânsito de bens simbólicos no meio familiar, social e cultural. A relação da condição de desigualdade de acesso a bens simbólicos no Brasil com o desempenho escolar, se manifesta quando comparamos percepções, esperanças, desesperanças, anseios quanto ao futuro em duas escolas de dois contextos sociais diferentes. A maior apropriação de bens

simbólicos significa maior aquisição de habilidades, maior capital cognitivo, apreendido de maneira socialmente desigual, quando comparados a suas percepções sobre a escola, bens culturais e simbólicos e, consequentemente, ao destino escolar e ao investimento pessoal em sua profissionalização com vistas a uma ascensão social. Trata-se de compreender as percepções dos alunos dentro de um imaginário que esclarece o seu desempenho em termos da experiência, sucesso ou fracasso nas práticas escolares, segundo o nível de apropriação de bens simbólicos no meio escolar, familiar e social.

Por esta razão as habilidades cognitivas se revelam em estreita relação com o cotidiano, o universo de valores da sociedade, da coletividade, do grupo social, que elegem o conhecimento socialmente importante para suas práticas e inserção social, quer seja para o filho de diretor de uma empresa ou para o filho da merendeira. Para Peter Berger e Thomas Luckmann (2001) o conhecimento tem raízes sociais e inclui o conhecimento da situação do indivíduo e seus limites: *A participação no acervo social do conhecimento permite assim a localização dos indivíduos na sociedade e o manejo deles de maneira apropriada* (p.62). Portanto, a sociedade diz o que é importante conhecer e a maneira como o conhecimento deve ser manejado por seus membros.

No entanto, a seleção ocorre em termos de uma hierarquia, que no capitalismo assume uma feição que lhe é própria, isto é, universaliza princípios e estilos de vida, que na verdade dependem de uma apropriação privada e desigual, seja ela material, simbólica ou econômica.

Para Elisabeth Muhlenberg (2006) a abordagem do problema requer pensar desempenho escolar em termos de qualidade e equidade:

Quality captures how well a system prepares its students, that is the knowledge and skills students acquire. Equity refers to the fair distribution of educational resources: do all students have equal access to education, regardless of family background or socioeconomic barriers? Both are important for the successful development of human capital (p.3).

A desigualdade social no Brasil é um obstáculo à apropriação de bens simbólicos com equidade porque reproduz sistemas sociais de dominação por meio de violência simbólica (BOURDIEU, 2000). O equívoco dos sistemas de avaliação como do SAEB resulta em não considerar a variável de classe na análise do fenômeno e assim nega a polarização econômica entre ricos e pobres na sociedade brasileira em que ainda hoje poucos detém muito e muitos possuem pouco. Daí, a apropriação de bens simbólicos implicar em dominação geralmente dos mais ricos em postos hierárquicos mais importantes no trabalho e na sociedade. O poder simbólico não reside nos "sistemas simbólicos" em forma de uma "illocutionery force" mas que se define numa relação determinada — e por meio desta — entre os que exercem o poder e os que lhe estão sujeitos, quer dizer, isto é, na própria estrutura do campo em que se produz e se reproduz a crença (BOURDIEU, 2000, p.15).

O capital simbólico caracteriza-se como propriedade imaterial com o qual uma pessoa ou um grupo adquire *status* e autoridade para exercer a dominação sobre os demais membros de um determinado campo de atividade humana (BOURDIEU,

2000). Esta dominação é mais difícil de perceber por ser ela intangível, diferente da dominação exercida pela apropriação de dinheiro e bens materiais. Mas a supremacia do conhecimento na contemporaneidade representa uma transformação da dominação capitalista que assume outra feição; não aquela calcada nos aspectos físicos da mais valia da mercadoria, mas na acumulação de mais saber.

Para Manuel Castells (1999), a sociedade contemporânea caracteriza-se pela troca de informação e conhecimento; a nova economia, sociedade e cultura em formação sustenta-se na revolução da tecnologia da informação que penetra, segundo o autor, em todas as esferas da atividade humana. Isto incita a teoria sociológica a identificar e a caracterizar tais mudanças no contexto social onde elas ocorrem e como estão sendo moldadas (p. 24).

As transformações qualitativas do chamado capitalismo pós-industrial também é objeto de reflexão de André Gorz (2005) que aponta diferenças entre o capital econômico e o cognitivo. Para ele, o conhecimento é em essência anti-capitalista, inapropriável por natureza pois ao compartilhá-lo o sujeito o amplia agregando-lhe sempre mais valor. Para ele, é um instrumento de trabalho que não se deprecia.

Mas ainda que a natureza do capital cognitivo seja, de fato, qualitativamente diferente, isto não significa que não haja uma base material de onde emerge esse algo imaterial, o conhecimento, mas que estes dois aspectos formam uma condição inseparável. Marta Khol de Oliveira ao se referir às reflexões de Vigostsky sobre a relação do substrato biológico e da construção cultural no desenvolvimento humano ressalta a forte ligação entre os processos psicológicos humanos e a inserção do indivíduo num contexto sócio-histórico específico. Segundo a autora, para Vigotsky, instrumentos e símbolos construídos socialmente definem quais das inúmeras possibilidades de funcionamento cerebral serão efetivamente concretizadas ao longo do desenvolvimento e mobilizadas nas diferentes tarefas (OLIVEIRA, 1992, p.26).

É por esta razão que uma perspectiva interdisciplinar, de natureza biocultural, esclarece os processos que em condições iguais de apropriação de capital simbólico, os resultados dos sistemas de avaliação, aqui considerados, seriam equitativos, mostrando os desvios como casos individuais fora de um ponto de equilíbrio. Mas, na presença de condições desiguais, o desenvolvimento de habilidades cognitivas, aparecem ideologicamente, como capacidades inatas, dons dos membros de um grupo socialmente melhor posicionado em termos sócioeconômico-culturais do que aqueles pertencentes às classes populares, o que já indica uma forte relação de dependência entre condições desiguais de apropriação de capital simbólico e desempenho escolar, medido pelo desenvolvimento das habilidades cognitivas. Sem a variável ideológica é possível perceber que as capacidades inatas para pensar, falar, representar simbolicamente o mundo são cruciais para a condição biocultural do homem. O desenvolvimento humano necessita da sociedade e seus bens simbólicos para constituir um domínio linguístico, uma realidade humana, cultural. Portanto, os aspectos bioculturais se inscrevem num círculo recursivo onde os bens simbólicos geram habilidades cognitivas e estas possibilitam a criação de mais bens simbólicos.

A desigualdade social na apropriação de bens simbólicos é extremamente injusta pois a avaliação do desempenho escolar é realizada com os mesmos instrumentos

com alunos que, logo de partida, não têm os mesmas condições simbólicas que viabilizam o desenvolvimento das habilidades cognitivas. Por exemplo, em um ambiente familiar de alta instrução dos pais, a troca de palavras se dá num nível semântico de abstração maior do que numa família onde os pais têm menor ou nenhum nível de instrução. Isso também parece ser verdadeiro quando consideramos formas de viver que valorizam, mesmo nas horas vagas, a aquisição de conhecimento ainda que de maneira lúdica. Ler um livro, assistir um documentário científico ou uma biografia agrega mais valor ao repertório intelectual de uma criança do que assistir a um programa de auditório na TV aos domingos. Estas considerações não têm a intenção de valorizar um conhecimento elitista e nem fazer uma crítica à cultura de massa. A intenção deste trabalho é apontar a relação necessária entre sociedade e seus bens simbólicos na aquisição de habilidades cognitivas. Como educadores e governo carecem deste entendimento padronizando, centralizando e submetendo alunos e professores a princípios universais não se atem à relação cérebro-símbolo que possibilita vivenciar o conhecimento em seus aspectos práticos e teóricos de maneira pertinente, contextualizada.

As relações de indivíduo e sociedade repousam em processos desiguais de produção do conhecimento no capitalismo, o que implica dizer que a apropriação de bens simbólicos traduz-se em condições mais ricas de organização do conhecimento a partir da familiaridade que se tem com conceitos e níveis de abstração que transitam pelo meio social (BERNSTEIN, 1975), isto é, em habilidades adquiridas através da aprendizagem são naturalizadas no cotidiano para que se possa manejar e apropriar individualmente as coisas do mundo mas, também, de reproduzir dominação onde o indivíduo está inserido.

O conceito de capital simbólico de Bourdieu explica as relações de desigualdade na apropriação do conhecimento mas é preciso ampliá-lo relacionando-o aos aspectos sócio-culturais cognição para compreender seu papel decisivo da desenvolvimento das habilidades cognitivas para o desempenho escolar. O fracasso e o sucesso escolar resultam das práticas escolares, cujo maior ou menor apreensão dos conteúdos das disciplinas, depende do aluno manipular a seu favor bens simbólicos disponíveis. Em outra palavras, fracasso e sucesso exprimem um processo social no desenvolvimento das habilidades cognitivas. Esperança, destino, construção do futuro relacionam-se a uma projeção calcada em bases objetivas da experiência escolar e também, numa autoavaliação capaz de calcular vantagens e desvantagens de investimento pessoal e financeiro nos estudos a longo prazo. reproduzindo assim uma sociedade fortemente estruturada em termos de apropriação de bens simbólicos.

3. Estratégias de pesquisa

O campo empírico da pesquisa é formado por alunos de 15 anos de duas escolas, uma pública e outra privada de ensino básico da cidade do Mogi das Cruzes de níveis sócio-econômicos diferentes, já que reconhecemos a desigualdade social implícita na problemática educacional no Brasil.

A escolha da idade leva em conta que pelo menos idealmente para o SAEB um aluno de 15 anos já teria terminado o ciclo fundamental e estaria na 1ª. série do ensino médio. O PISA também considera a idade de transição para o ensino secundário superior em que o aluno teria um conjunto de saberes necessários para enfrentar os problemas do cotidiano como medir a área de sua casa, compreender o que lê num jornal etc..

Adotamos a triangulação como metodologia de pesquisa, isto é, a mistura de técnicas quantitativas e qualitativas. A técnica quantitativa visa a caracterização do perfil sócio-econômico, a quantificar os bens simbólicos presentes no ambiente social, escolar e familiar dos alunos, conhecer o nível escolar dos pais e o desempenho dos alunos das escolas envolvidas no projeto. Para avaliar o desempenho escolar, trabalharemos com um indicador da aquisição de conhecimento mínimo de aprendizagem através do grau distorção da idade em relação à serie que o aluno deveria estar cursando, isto é do atraso dos alunos de 15 anos, que deveriam estar no primeiro ano do ensino médio, segundo sistema educacional brasileiro.

Uma vez delineado o perfil sócio-econômico consideramos a abordagem hermenêutica para compreender a construção simbólica dos alunos em torno da problemática em questão. Levamos em conta o pressuposto de que as habilidades cognitivas são naturalizadas no contexto dos alunos e se dirigem ao cotidiano. Nossas vidas, segundo Anthony Giddens (2005), são organizadas em torno das repetições de padrões similares de comportamento que se repetem dia após dia, semana após semana, mês após mês e ano após ano. No entanto, como o próprio autor observa, a realidade social é dinâmica, com mudanças que dizem respeito ao desenvolvimento de cada ser humano, principalmente na educação, que implica em etapas do desenvolvimento cognitivo humano, em criatividade (PIAGET, 2007) e na construção social do conhecimento (MANNHEIM, 1986; BERGER E LUCKMANN, 1985). Da mesma forma, para compreender com profundidade os problemas que dizem respeito ao universo cultural dos sujeitos abordados também é preciso apreender, como nos ensina Pierre Levy, as configurações dinâmicas e tudo que é da ordem do mundo das significações, em geral, (2007, p. 174) no fenômeno estudado.

É a percepção do aluno em relação às significações atribuídas aos bens simbólicos que o rodeiam em relação, que dizem respeito ao seu desempenho e ao seu futuro escolar pedem uma pesquisa qualitativa. Os bens simbólicos estão no contexto familiar, social e escolar e se revestem de caráter cotidiano, como o acesso às tecnologias de informação que enriquecem o conteúdo apreendido na escola.

Os valores sobre aquisição de conhecimento e informação para a vida cotidiana se dá na inter-relação dos membros de uma comunidade. A percepção não é um processo isolado, mas negociado, levando em conta os aspectos objetivos da realidade e sua avaliação.

A adoção do grupo focal como técnica de pesquisa leva em conta a objetivação da percepção dos alunos em grupos de discussão. Sônia Maria Guedes Gondim (2002) reforça a ideia presente nas obervações de David Morgan (1997) de que os grupos focais trazem à tona aspectos que não seriam acessíveis sem a interação grupal e que o processo de compartilhar e comparar oferece rara oportunidade de

compreensão por parte do pesquisador de como os participantes entendem as suas similaridades e diferenças.

A discussão dos dois grupos focais compostos por dez alunos de quinze anos de idade, será orientada por um roteiro, segundo os objetivos da pesquisa. Os grupos devem contemplar alunos de 15 anos, com distorção escolar em relação à série que deveria estar cursando.

O roteiro visa conduzir a discussão em torno de cinco temas-chave que se relacionam com os objetivos específicos (OE). Utilizamos o esquema de objetivos específicos desenvolvido por Otávio Cruz Neto, Marcelo Rasga Moreira e Luiz Fernando Mazzei Sucena (2002, p. 19) como controle de pesquisa de grupos focais. Neste projeto, o propósito dos temas-chaves é o de funcionar como guia, orientação na construção de sentido, na compreensão da percepção dos alunos. OE1 verifica qual é o significado da apropriação dos bens simbólicos para o cotidiano dos alunos e na escola; OE2 visa compreender a percepção dos alunos quanto ao sucesso e fracasso de seu desempenho escolar; OE3 apreende as projeções dos alunos quanto ao seu futuro escolar; OE4 associa estudos e ascensão escolar; OE5 verifica a relação que os alunos estabelecem entre bens simbólicos e habilidades cognitivas e desempenho escolar.

Atribuímos para cada OE, questões chaves para a discussão:

Para OE1 – O aluno vê uma relação entre apropriação de bens simbólicos, como livros, revistas, tecnologias de informação e sua vida cotidiana? De que forma podem ser utilizados positivamente? Solicitar exemplos em que esta relação está clara em suas vidas? Como os alunos articulam situação Como os alunos percebem a relação entre o que aprende na escola e o que necessitam em seu dia-a-dia. Como esta relação se apresenta concretamente? Como a família e a escola contribuem para apropriação de informações e conhecimento que influenciam o seu uso no cotidiano? Como as utilizam? É satisfatória? Solicitar exemplos sobre tal utilização, ler jornais, entender um texto, acessar a Internet, fazer operações matemáticas tais como medir a área de uma casa ou terreno, obter informações em bibliotecas escolares ou virtuais, adquirir bons empregos, ter ascensão social.

Para OE2 – Como os alunos percebem seu sucesso ou fracasso no desempenho escolar? Qual é o significado para as suas vidas? A que atribuem? Sucesso ou fracasso pode reverter em vantagens ou desvantagens cotidianas? Quais? Existe a percepção de que a apropriação de bens simbólicos traduz-se numa vantagem no desempenho escolar? Como? Exemplos.

Para OE3 – Como os alunos projetam o futuro? De que forma associam o futuro com as experiências escolares? Como naturalizam o fracasso ou sucesso escolar e o futuro, como destino, herança familiar, dotes naturais?

Para OE4 – Existe percepção sobre ascensão social e estudo? Que exemplos podem ser citados em que esta relação é geralmente verdadeira? Como os alunos veem a ascensão social? Como atingir este fim?

Para OE5 – Como é a percepção sobre a distorção e o abandono escolar? De alguma forma se associa a presença ou ausência de bens simbólicos no ambiente

social, familiar e escolar. Se tal relação influencia o interesse ou desinteresse dos alunos em continuar os estudos. Como estabelecem a relação entre bens simbólicos, escola, desempenho escolar.

A pesquisa permite compreender e enunciar a percepção dos alunos das relações estabelecidas no cotidiano em sua comunidade , com demandas específicas e, principalmente como se inscrevem em dinâmicas sociais permeadas pelo posse maior ou menor de bens simbólicos. Estas dinâmicas se traduzem em práticas avaliativas excludentes que naturalizam as desigualdades sociais. Os instrumentos de avaliação devem levar em conta tais diferenças e inquerir a realidade ao dar um "zoom" em suas estatísticas para chegar nas comunidades escolares onde estas diferenças adquirem força e efetivamente esclarecem a dinâmica do fraco desempenho escolar de alunos brasileiros.

Considerações finais

A educação formal no Brasil é planejada e centralizada pelo Estado e sua história remonta à atuação católica dos jesuítas. Só recentemente, após a constituição de 1988, o Estado tornou-se realmente laico, ainda que a Igreja católica tenha uma influência considerável sobre a educação. A centralização e padronização das diretrizes são um grande obstáculo para compreender a dinâmica social no Brasil, sua extrema desigualdade social que se revela na forma de reprodução social de desigualdades cognitivas pois os instrumentos de avaliação medem correlações em pesquisas quantitativas sem levar em conta a relação cérebro e universo simbólico, isto é, o meio cultural e social, onde contextualizam, atualizam e alimentam o conhecimento obtido na escola.

A pesquisa, embora não apresenta resultados, nos permite esperar compreender e enunciar a percepção dos alunos sobre relações estabelecidas no cotidiano e sua comunidade, com sua demandas específicas e, principalmente como se inscrevem em dinâmicas sociais permeadas pelo posse maior ou menor de bens simbólicos. Estas dinâmicas consideradas pelo SAEB e PISA se traduzem excludentes pois naturalizam as desigualdades sociais. Os instrumentos de avaliação devem levar em conta tais diferenças e inquerir a realidade, ao dar um "zoom" nas estatísticas educacionais e abordar as comunidades escolares onde as desigualdades adquirem força e efetivamente esclarecem a dinâmica do fraco desempenho escolar de alunos brasileiros.

¹ Nota: Numa perspectiva antropológica, bem simbólico diz respeito à cultura, à transformação da natureza para a criação de artificios para a vida. Numa perspectiva sociológica, consideramos as relações de desigualdade social na apropriação dos bens culturais que resultam em diferenças sociais.

Referências Bibliográficas

ARAÚJO, C. H.; LUZIO, N. (2005). Avaliação da Educação Básica: em busca da qualidade e equidade no Brasil – Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira.

BOURDIEU, P. (2000). O Poder simbólico. (12 ed.). Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.

BOURDIEU, P. (2008). Escritos de educação. (10 ed.). Petrópolis, RJ: Vozes.

BERGER, P.; LUCKMANN, T. (1985). A construção social da realidade, Petropólis: Vozes.

Country Statistical Profile (2009). OECD.Stat Extracts Disponível no site: http://stats.oecd.org/viewhtml.aspx?queryname=18179&querytype=view&lang=en

GIDDENS, A. (2005). Sociologia. (4. ed.). Porto Alegre: Artmed.

GODIM, S. M. G. (2002). Grupos focais como técnica de investigação qualitativa: desafios metodológicos, Paideia (Riberão Preto) (online), vol. 12 n. 24. http://www.scileo.br/scielo.php?script=sci_issuetoc&pid=0103-863X20020003&Inq=en&nrm=iso

GORZ, A. (2005). O imaterial: conhecimento, valor e capital. São Paulo: Annablume.

MANNHEIM, K. (1986). *Ideologia e Utopia*. (4. ed.). Rio de Janeiro: Guanabara.

CASTELLS, M. (1999). A sociedade em rede. São Paulo: Paz e Terra.

MARX, K. e ENGELS, F. (1984). *A Ideologia Alemã* - Teses Sobre Feuerbach, Editora Moraes.

MORGAN, D. (1997). Focus group as qualitative research. Qualitative Research Methods Series. 16. London: Sage Publications.

MORIN, E. (1975) O enigma do homem. São Paulo: Círculo do Livro.

MUHLENBERG, E. A. (2006). Comparative Analysis of PISA Background Factors Paper Presented at the Annual Meeting of the Midwest Political Science Association Meeting, Chicago, April 20 -23.

NETO, O. C.; MOREIRA, M. R.; SUCENA, L. F. M. (2002). Anais do XIII Encontro da Associação Brasileira de Estudos Populacionais, realizado em Ouro Preto, Minas Gerais, Brasil de 4 a 8 de novembro de 2002.

http://www.abep.nepo.unicamp.br/docs/anais/pdf/2002/Com_JUV_PO27_Neto_texto.pdf

SAEB – 2005 PRIMEIROS RESULTADOS: Médias de desempenho do SAEB/2005 em perspectiva comparada Fevereiro de 2007.